

Guimarães

Tese diz que reforma do ensino na ditadura não atingiu metas

40

RECIFE — Mobral, Projeto Minerva, escola polivalente, ensino profissionalizante, reforma do 1º e do 2º graus e reforma universitária... De 1964 a 1984, os militares que governavam o país fizeram diversas mudanças na área do ensino, com um objetivo: demonstrar que estavam dando prioridade à educação. Introduziram ainda, nos seus planos e reformas, a idéia de que a educação era um investimento para o desenvolvimento, devendo receber os recursos necessários. Defendiam, em contrapartida, um programa de racionalidade administrativa que garantisse o emprego correto das verbas federais para o setor. Mas não deu certo.

Em 1984, quando se despediram do poder para dar lugar à Nova República, os militares já tinham presenciado o fracasso de quase todos os seus planos. Isso é o que revela o professor Pedro Lincoln Matos, do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que acaba de receber o grau de doutor na Universidade de Londres, com a tese *A política de educação no Brasil — 1964 a 1984*.

Segundo o professor, que em sua tese, ainda não traduzida para o português, faz uma radiografia do ensino brasileiro nesses 20 anos, não só as verbas destinadas à educação ficaram abaixo do que deveriam, como também os programas acabaram sendo interrompidos. Apesar de as verbas para a educação terem crescido 600%, em termos reais, du-

rante o regime militar, elas representaram apenas 6,8% de todas as despesas do governo Médici, caindo para 4% no governo Figueiredo.

— Não faço um juízo de valor sobre o que o país emprega na educação e o que deveria empregar, até porque isto precisaria de um estudo cuidadoso, mas está claro que percentualmente o que se gastou com educação foi muito pouco — diz o professor.

Nas 45 entrevistas que fez para compor sua tese, de mais de 500 páginas — uma delas com o general Golbery do Couto e Silva, em 1986 —, Pedro Lincoln colheu informações valiosas. Entre estas estão números até hoje inéditos, dando um panorama do que foi aplicado em educação em relação aos gastos totais do governo e não apenas ao orçamento publicado no *Diário Oficial*.

Há também informações curiosas na tese de Pedro Lincoln. Ele conta, por exemplo, que, quando convidou Jarbas Passarinho para seu ministro da Educação, o presidente Médici disse, com a crueza que lhe era peculiar: "Passarinho, vai lá e arruma aquela bagunça." Pedro Lincoln diz que Médici não chamava o Ministério de bagunça apenas por uma questão de posição pessoal, mas, sim, refletia a convicção que tomava corpo dentro do governo militar: era preciso organizar a burocracia e empregar bem os recursos, para que eles rendessem mais.

— No caso brasileiro, a justificativa da educação como investimento

para o desenvolvimento econômico mostrou-se frágil para garantir para ela um tratamento orçamentário especial, conforme anunciado nos planos de governo de 1966 e 1975 — diz o professor.

De acordo com Pedro Lincoln, não somente os recursos acabaram: a arrumação que Médici atribuiu a Passarinho não foi feita.

— As políticas de racionalização introduzidas na área a partir de 1966 foram esvaziadas por tendências mais fortes da cultura política. De fato, o processo de alocação de recursos, em seus momentos cruciais, é político e cultural, não técnico, como os estratos intermediários da burocracia supõem e os militares acreditavam — afirma Pedro Lincoln.

Os militares, diz Pedro Lincoln, pensaram em deixar para os técnicos as decisões da área educacional, a fim de garantir a racionalidade administrativa, mas foram surpreendidos pela burocracia. O professor diz que as pressões e contra-pressões da burocracia fizeram inchar a folha de pagamento do Ministério da Educação, que passou de 23 mil funcionários, em 1964, para 166 mil, em 1984. Neste ano, o pagamento de pessoal correspondia a 62% dos recursos do Ministério, contra 37% em 1970. Ele diz ainda que, na luta para transferir recursos para obter resultados mais imediatos, a burocracia acabou levando as verbas da educação para outras rubricas.

— Está certo que os militares, com uma simples ordem, poderiam mudar as coisas. Mas aí é outra história — afirma Pedro Lincoln.

Entidades internacionais apoiaram

"Os militares que fizeram o movimento de 1964 não tinham um projeto para a educação e nem teriam que ter", afirmou em 1986 o general Golbery do Couto e Silva, um dos ideólogos da revolução. Durante uma entrevista concedida ao professor Pedro Lincoln Matos, Golbery disse ao professor que os militares pensavam, na época, em arrumar a economia, colocar o Brasil no rol dos países capitalistas e pôr ordem nas Forças Armadas. Nada mais.

Segundo Pedro Lincoln, apesar de os militares não terem em 1964 esta intenção, como afirmou Golbery, os governos que se seguiram investiram muito na educação. Muitas vezes, com assessoramento internacional, como na época do acordo Mec-Usaid (Agência Interamericana de Desenvolvimento) ou por ocasião de financiamentos tomados junto a entidades internacionais, como o Banco Mundial. Isso resultou, no plano interno, segundo o professor, em medidas e programas que se estenderam da escola primária à universidade.

O professor identificou uma nova vertente entre os militares que dominaram o poder no Brasil durante 20 anos.

— Além das conhecidas correntes

da Escola Superior de Guerra (ESG), da corrente da repressão, houve uma outra, a corrente dos instrutores — diz o professor. Segundo ele, esta corrente foi a que chegou ao setor educacional e teve como maior expressão o general Bina Machado, que de 1962 a 1967 dirigiu a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (Eceme), onde formou um grupo de oficiais que o professor classifica como avesso à violência contra o movimento estudantil.

— Bina Machado instruía seus comandados com uma frase que fiz questão de registrar na minha tese. Ele afirmava: "Quando vocês forem tratar com estudantes, façam como um jogador de futebol: quando eles chutarem a bola, não rebatam. Amorteçam no peito, desçam para o pé e só aí vejam o que fazer com a bola — conta o professor.

Pedro Lincoln diz que outro militar que se aproximou da corrente dos instrutores foi o general Meira Matos, que de 1966 a 1968 foi uma espécie de interventor branco no Ministério da Educação. Encarregado de fazer um relatório sobre o ensino superior no país, Meira Matos acabou redigindo um documento que, segundo o professor, defendia a tese de que a rebeldia estu-

dantil tinha suas raízes na falta de condições da universidade para garantir um bom ensino e não na revolta pura e simples contra o regime.

Não coube, porém, a Meira Matos chegar ao Ministério da Educação, mas a Bina Machado. O professor Pedro Lincoln afirma que todos os militares que ocuparam o Ministério a partir do coronel Jarbas Passarinho tinham influência direta ou indireta de Bina Machado e, dentro do Exército, trabalhavam contra a repressão ao movimento estudantil. Passarinho não era *cria* de Bina Machado, mas levou para assessorá-lo no Ministério ex-alunos do general. Foram alunos de Bina Machado, porém, o ministro Rubem Ludwig e seu secretário-geral, Sérgio Pasquali, que tiveram influência no Ministério até mesmo durante a gestão de Ester de Figueiredo Ferraz.

— A corrente dos instrutores não foi suficientemente forte para vencer a corrente da repressão dentro do Exército, mas ela teve o mérito de barrar muita coisa. Sem contar que introduziu o diálogo, permitindo que o relacionamento entre o poder e as universidades fosse melhorando cada dia mais — afirma Pedro Lincoln.